

SISTEMA DE PARTILHA EM DEBATE

COMO O MODELO DE EXPLORAÇÃO DO PRÉ-SAL PREJUDICA O ES

Estado pode perder investimentos, receitas e empregos com exclusividade da Petrobras

BEATRIZ SEIXAS
bseixas@redgazeta.com.br

Um caixa desorganizado, uma perda de valor de mercado de cerca de 90% nos últimos oito anos, o envolvimento no maior escândalo de corrupção do país, um plano de desinvestimento com a venda de ativos e a perda da confiança. Ainda assim, a Petrobras carrega com si a obrigação de ser a operadora única e a investir no mínimo 30% nos campos do pré-sal.

A distância entre o que está previsto na legislação, como o modelo de partilha, e a capacidade da estatal de realizar investimentos é abissal. É justamente em função da inércia que uma das maiores petroleiras do mundo atravessa, que especialistas, empresários e parlamentares batem na tecla de que é preciso rever com urgência o atual modelo de exploração e produção do pré-sal.

Para eles, o cenário atual é muito diferente do que o país vivia em 2010, quando a Petrobras estava no seu auge e foi aprovada pelo então presidente Lula a lei 12.351, acrescentando ao modelo até então vigente, de concessão, sistemas como o da partilha e da cessão onerosa.

Agora, alegam os especialistas, como a companhia não tem dinheiro para investir, não são realizados novos leilões, e as promessas de que o tão cobiçado pré-sal tornaria o Brasil um dos 10 maiores produtores de petróleo do mundo, e que essa riqueza seria a saída para transformar a educação brasileira e melhorar

outros índices socioeconômicos vão sendo adiadas.

A constatação é de que ao não realizar rodadas licitatórias e não haver uma abertura maior para a participação de outros players do setor, o país perde investimentos, deixa de criar empregos, arrecada menos receitas e posterga ganhos de posição no ranking global dos maiores produtores.

Diante disso, desde o ano passado voltou às discussões a necessidade do país rever o modelo da partilha e, neste ano, com o retorno do Congresso Nacional, o debate novamente tomou fôlego. A previsão é de que nesta semana seja colocado em pauta no Senado o Projeto de Lei 131/2015, do senador José Serra, que propõe acabar com a obrigatoriedade da Petrobras em ser operadora única e a investir pelo menos 30% nos campos do pré-sal.

O tema promete ter um debate acalorado entre aqueles que defendem a necessidade de atrair mais investimentos e ajudar o país a sair da crise contra quem vê o pré-sal nas mãos da Petrobras como uma questão de estratégia e de soberania nacional.

O diretor do Centro de Infraestrutura Brasileira (Cbie), Adriano Pires, afirma que a discussão é importante, mas avalia que chegou tarde. “Mais uma vez estamos atrasados. Eu não tenho a menor dúvida que o fim da obrigatoriedade já deveria ter acontecido. Afinal, essa mudança dá um alívio para a Petrobras e contribui para melhorar o setor

OPINIÕES



“A mudança do modelo é importante para darmos início a um ciclo mais virtuoso, com uma legislação menos intervencionista e que estimule a competição”

ADRIANO PIRES
DIRETOR DO CBIE



“A forma como hoje está a regulamentação não atende à Petrobras nem favorece o mercado. Afinal, as dificuldades financeiras da empresa não permitem a retomada dos investimentos”

ALFREDO RENAULT
SUPERINT. DA ONIP

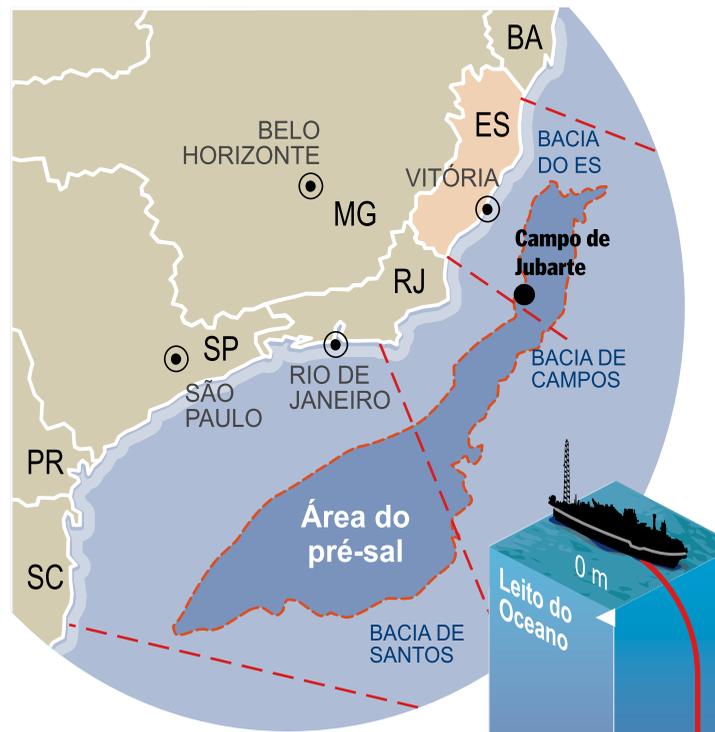
de óleo e gás no Brasil”.

Pires chama a atenção para o volume de recursos perdidos nos últimos anos, já que quando o governo deixou de realizar leilões, o barril do petróleo ultrapassava US\$ 100. “O campo de Libra foi o único a ser licitado no regime de partilha. Em 2013, ele gerou um bônus de assinatura de R\$ 15 bilhões, e isso ainda vai gerar outros bilhões de dólares. Então, os números são gigantes. Foi o maior crime que o governo cometeu contra as gerações futuras brasileiras ao deixar de fazer leilões”.

O superintendente da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip) no Estado, Evandro Milet, ressalta que o Espírito Santo também saiu perdendo nesse processo. Para ele, campos do pré-sal poderiam ter sido ofertados em leilões e contribuído para melhorar o desenvolvimento capixaba. Ele acrescenta que a demanda do próprio Estaleiro Jurong, assim como de portos e empresas que atuam na cadeia fornecedora, seria mais expressiva com a mudança das regras. “Além disso, desenvolveríamos mais tecnologia, iríamos aumentar a produção e gerariamos mais royalties”.

O governo do Estado também é favorável à adoção de novas regras. Para o secretário de Desenvolvimento, José Eduardo Azevedo, “é necessário rever o modelo de exploração do pré-sal no sentido de flexibilizar mais atrativos para o setor privado, aumentando a competitividade”.

SAIBA COMO FUNCIONA O MODELO DE EXPLORAÇÃO



Pré-sal

O que é

São grandes reservatórios de petróleo e gás natural formados há mais de 100 milhões de anos e que ficam, em geral, entre 5.000 e 7.000 metros abaixo do nível do mar e de uma camada de sal – com mais de **2.000 metros de espessura** – que conserva a qualidade do óleo

Onde está

A camada encontra-se na chamada província pré-sal, uma área com aproximadamente 800 km de extensão por 200 km de largura, que fica no litoral entre os Estados do Espírito Santo e de Santa Catarina

Produção no pré-sal

1,09 milhão de barris de óleo por dia são produzidos no Brasil, a partir de 52 poços. **230 mil barris** são produzidos, aproximadamente, por dia, no Espírito Santo



O campo de Jubarte, na parte capixaba da Bacia de Campos, é o terceiro maior em volume de produção de pré-sal do país, representando **11% do total**, atrás de Lula (53%) e Sapinhoá (19%), ambos na Bacia de Santos

Linha do tempo

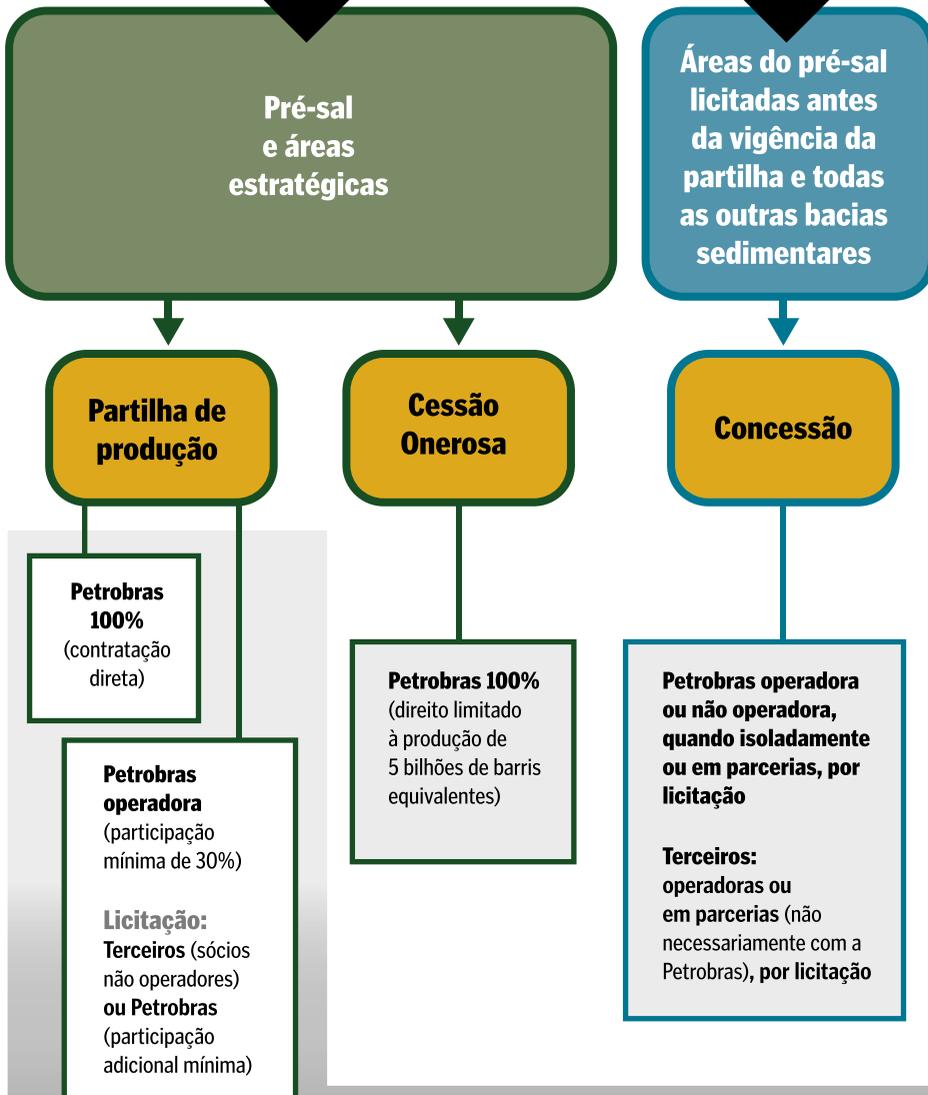
2006	2008	2010
Ocorreu a descoberta de petróleo no pré-sal, no campo de Lula, localizado na Bacia de Santos	Foi produzido o primeiro óleo do pré-sal no campo de Jubarte, na Bacia de Campos (ES)	O então presidente Lula sancionou a lei que estabeleceu um novo modelo de exploração no pré-sal: a partilha

Fonte: ANP, Petrobras, Senado e pesquisa AG

ORAÇÃO

O MODELO REGULATÓRIO

Como é hoje



A PROPOSTA PARA MUDAR AS REGRAS DA PARTILHA

O PROJETO

O Projeto de Lei 131/2015, do senador José Serra, propõe alterar a lei de 2010 que obriga a Petrobras a integrar todos os consórcios de exploração do pré-sal, com participação de, no mínimo, 30% dos investimentos. O PL estabelece que a Petrobras mantenha a preferência

A JUSTIFICATIVA

A justificativa são a **crise enfrentada pela estatal e a incapacidade da companhia de realizar investimentos**. Para isso acontecer, o senador argumenta que é preciso abrir a participação para empresas privadas realizarem investimentos.



Estratégico

O pré-sal tem características que o tornam estrategicamente muito vantajoso

Considerado de densidade média, ele é mais fácil de refinar e, portanto, mais valioso

A qualidade superior ao óleo do pós-sal acontece por causa das temperaturas nas profundezas em que está localizado



Com a exploração do pré-sal – o volume das reservas são estimadas em cerca de 100 bilhões de barris de óleo equivalente –, **o Brasil tende a se tornar um dos 10 maiores produtores de petróleo do mundo**



2013

Foi realizado, no campo de Libra, o primeiro leilão do pré-sal sob o regime de partilha

2015

Com a crise na Petrobras, são colocadas em discussão alterações no modelo de exploração e produção no pré-sal

2016

Congresso Nacional prevê colocar em pauta, nesta semana, o debate sobre a participação da Petrobras na exploração do pré-sal

Infografia | Genildo

Intervencionismo é mais grave que preço baixo do petróleo

ARQUIVO



Exploração de petróleo na Noruega: país preferiu adotar sistema de concessão

Sistema de partilha é mais comum em países menos desenvolvidos e de tributação precária

“Uma regulação intervencionista assusta mais o investidor do que o próprio preço baixo do barril do petróleo”. A afirmação é do diretor do Centro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, ao defender as mudanças nas regras atuais do modelo de partilha e comparar os receios dos produtores às cotações do barril, que têm chegado na casa dos US\$ 30, em 2016.

Ele explica que o regime não é exclusividade do Brasil, mas que no país existe uma característica em que a estatal é privilegiada. “Isso criou uma desigualdade no mercado”.

Pires e o superintendente da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip), Alfredo Renault,

explicam que em geral a partilha é adotada por países menos desenvolvidos, que têm um sistema tributário mais precário. “No mundo, o que se vê é que nações com maior estabilidade e institucionalidade preferem o modelo de concessão, como na Noruega. Já a partilha é adotada por países institucionalmente mais frágeis, como os da África”, exemplifica.

Renault reforça que a alteração das regras faz parte de uma agenda mínima construída pela Onip e por outras instituições ligadas ao segmento. “Esse é um dos pontos relevantes para ajudar a destravar os investimentos no setor”.

O discurso para atrair novos negócios é endossado pelo senador e relator do Projeto de Lei 131, Ricardo Ferraço. Ele cita que somente 6% dos investimentos do mundo no setor vieram pa-

ra o Brasil em 2015. “O país está perdendo relevância e atração de investimentos porque o sistema não permite”, critica o parlamentar, que incluiu uma emenda substitutiva ao projeto do senador José Serra, propondo que a Petrobras mesmo sem a obrigatoriedade de investir 30%, tenha preferência no leilão dos campos do pré-sal.

Ferraço acredita que mudar a regulação vai ajudar a alavancar a cadeia petrolífera no Espírito Santo, que hoje já tem áreas sendo exploradas e com produção no pré-sal, no litoral Sul capixaba, mas sob o regime anterior, de concessão. “Novos campos podem ser ofertados. Isso vai dar dinamismo para a economia e incrementar as atividades do Estaleiro Jurong e de outras empresas que vêm se preparando para as atividades do setor”.

“Mudança é prejudicial”, diz Sindipetro

“A mudança na lei da partilha, que tira a Petrobras como operadora única do pré-sal, é prejudicial para a questão social do Brasil”. É assim que o Sindicato dos Petroleiros no Espírito Santo (Sindipetro-ES) classifica a proposta do senador José Serra.

O diretor Leandro Baesso explica que a entidade é totalmente contrária à alteração por acreditar que, ao colocar o pré-sal nas mãos

de estrangeiros, haverá uma falta de comprometimento das empresas com os trabalhadores e com a segurança nas atividades.

“A Petrobras gera recursos, tem política de conteúdo nacional, que só ela segue, além da mão de obra ser brasileira. A Petrobras tem que ser operadora única. Não é justo chegar nesse momento, quando já foi investido em pesquisa e tecnologia, e entregar tudo isso

para outros. É uma covardia com o povo brasileiro”.

Segundo Baesso, o fato de o governo já ter sinalizado que é contra projeto de lei fez com que alguns senadores em cima do muro se posicionassem favoráveis à manutenção das regras. “A gente veio para Brasília para apresentar aos senadores que estão em cima do muro. Vimos mostrar informações e convencê-los que o projeto é prejudicial”.